



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

1 PREÂMBULO

1.1 O Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ 44.635.233/0001-36, com sede à R. Orozimbo Maia, 1054 Vila Sonia na Cidade de Valinhos/SP, CEP 13274-000, torna público que por determinação do Presidente da Autarquia / Autoridade Competente, acha-se aberto a presente licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015, Processo de Compras nº 01/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO POR LOTE, regime de execução Indireta.

1.2 O Edital completo e gratuito está disponível no seguinte endereço eletrônico <http://www.daev.org.br/site/licitacoes2015.asp>, para outras informações através do telefone (019) 2122-4410, e-mail compras@daev.org.br, ou ainda poderá consultar o edital impresso publicado no quadro de avisos no endereço informado neste preâmbulo.

2 OBJETO

2.1 A presente Licitação objetiva o serviço de confecção e instalação de painéis em estrutura metálica com revestimento em chapa de ACM branco e adesivação conforme lay out, para uso no reservatório R8 da ETA II, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste edital.

2.2 Integram o presente Edital, os seguintes anexos, dos quais o licitante deverá ter pleno conhecimento:

Anexo I – Termo de referência.

Anexo II – Termo de Visita

Anexo III – Credenciamento.

Anexo IV – Declaração de habilitação.

Anexo V – Declaração de ME/EPP nos termos da Lei 123/2006.

Anexo VI – Resolução nº. 410, de 29 de julho de 1997.

Anexo VII – Proposta.

Anexo VIII – Minuta de Contrato

3 DATA E HORA DE ENCERRAMENTO

3.1 A data da sessão de disputa será:

Sessão de Disputa: às 14h 30min do dia 10/03/2015.

3.2 Considerar o horário oficial de Brasília (DF).



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

3.3 Local da sessão: Sala de reuniões, na sede do DAEV, no endereço constante no preâmbulo.

Obs: A autenticação de documentos por servidor do DAEV poderá ser feita até a data e horário limite da sessão de disputa, não sendo admitida a autenticação durante a sessão de disputa.

4 SUPORTE LEGAL

4.1 A presente licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Municipal n. 6.580/2006, Lei Complementar nº 123/2006 (artigo 42 e seguintes) Lei Complementar n. 147/2014, e subsidiariamente com a Lei de Licitações n. 8.666/93, e suas posteriores atualizações.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, designada através da Portaria DAEV nº 2498/2014, composta pelos seguintes membros:

Pregoeira: Gisele Angélica Baiochi
Equipe de Apoio/Pregoeiro Auxiliar: Luiz Henrique Andretto
Equipe de Apoio: Márcia Maria Cegala

5 DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS FINANCEIROS:

5.1 O valor médio estimado/reservado para o objeto licitado é de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

5.2 A despesa decorrente da presente licitação, será atendida por conta da dotação orçamentária reservada no presente exercício sob nº. 21, requisição de serviços nº 80/2015.

6 VIGÊNCIA

A vigência do contrato a ser firmado será de 25 (vinte e cinco) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço pelo Departamento requisitante, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

7 DO SERVIÇO

7.1 O serviço será agendado e prestado conforme especificado no **ANEXO I**.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

7.2 Caso seja constatado que o serviço executado esteja em desacordo com as especificações do **ANEXO I**, a empresa contratada deverá providenciar a sua imediata correção, sem qualquer ônus para o **DAEV**.

7.3 O serviço será considerado recebido somente após a conferência e aprovação pelo Departamento requisitante.

8 DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será no término dos serviços, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, após conferência e aceite pelo Departamento requisitante.

8.2 Verificando qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o **DAEV** fará sua devolução, ficando o prazo de pagamento prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional ao **DAEV**.

8.3 Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar a referência: **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015, CONTRATO Nº ____/2015**, bem como sejam discriminados os tributos e valores a serem retidos.

9 VISITA TÉCNICA

9.1 A **LICITANTE** deverá obrigatoriamente efetuar visita técnica até o último dia útil anterior a data de abertura das propostas, acompanhada por representante do **DAEV**, devendo agendar através do telefone (19) 2122-4441 com Sr. Marcello César Lino.

9.2 Após a visita, será fornecido o “Termo de Visita” **ANEXO II**, ficando uma via em poder da **LICITANTE**, que deverá colocá-la dentro do **ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

9.3 As licitantes que não obtiverem o termo de visita estarão automaticamente inabilitadas.

10 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR

10.1 Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao objeto da presente licitação, e que atendam as condições exigidas neste edital, inclusive quanto à documentação.

10.2 Fica impedida de participar desta Licitação a empresa:

a) Apenada ou suspensa nos seus direitos de licitar por qualquer ente público.



- b) Declarada inidônea pela Administração Municipal, Estadual ou Federal;
- c) Em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial ou em concurso de credores.
- d) Empresas consorciadas;
- e) Cujo ramo de atividade da empresa no contrato social for divergente do objeto licitado.

11 CREDENCIAMENTO

11.1 O representante da empresa licitante deverá apresentar à Pregoeira ou à Equipe de Apoio, a **Carta de Credenciamento** (Anexo III), assinada pelo representante legal da empresa, contendo o nome do credenciado e número da Cédula de Identidade, mencionando que lhe são conferidos poderes para representar a licitante, podendo efetuar lances, negociar, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias. Poderá optar em apresentar procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida (original ou cópia autenticada).

11.2 Sendo o representante sócio ou dirigente da empresa licitante, este deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo (Estatuto/Contrato Social), no qual estejam expressos os seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

11.3 O não comparecimento de representante até o início da abertura dos envelopes não será motivo para a desclassificação ou inabilitação da licitante. Nesta hipótese, estará caracterizada a situação de licitante não-credenciada, ficando impedida da participação da fase de lances verbais, de interpor recurso e de qualquer manifestação durante a sessão do Pregão.

11.4 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

12 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

12.1 A licitante deverá apresentar dois envelopes, o primeiro deverá conter a proposta de preços, o segundo os documentos de habilitação, ambos serão recebidos até a data e horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, devendo estar devidamente fechados e rubricados, contendo cada um, em sua parte externa a seguinte identificação:

- a) Envelope contendo à Proposta de Preços:



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015
Processo de Compras nº 01/2015

ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: _____

FONE/FAX: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

E-MAIL: _____

b) Envelope contendo os documentos de Habilitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015
Processo de Compras nº 01/2015

ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: _____

FONE/FAX: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

E-MAIL: _____

12.2 A apresentação dos envelopes com endereçamento e identificação de forma diferente do que aqui se pede não motivará a desclassificação da empresa licitante, desde que eventuais falhas sejam sanadas ou retificadas por seu representante credenciado, na presença da Pregoeira, Equipe de Apoio e demais licitantes.

12.3 As licitantes deverão apresentar fora dos envelopes:

12.3.1 Declaração de que a empresa cumpre com os requisitos de habilitação, conforme modelo do **ANEXO IV**;

12.3.2 Declaração de enquadramento na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo do **ANEXO V**.



12.3.3 A não apresentação pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, da declaração do modelo do **ANEXO V**, não implicará na sua inabilitação, mas apenas na impossibilidade de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006;

12.4 Após a entrega dos envelopes não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Pregoeira.

12.5 Iniciada a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços não se admitirá a inclusão de nova proposta.

13 DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. A proposta deverá ser apresentada digitalizada ou datilografada, sem quaisquer rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, na forma constante do **Anexo VII**, datada e assinada pelo representante legal da empresa, apondo-se o nome e respectivo cargo, observando:

- a) o atendimento às especificações constantes dos anexos do Edital;
- b) o preço total do lote por extenso;
- c) o valor total da proposta deverá ser em moeda corrente do país, devendo ser usadas somente 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- d) no preço deverão estar inclusos todos os custos, tributos, transporte, refeição, impostos, entrega e descarga, seguros, EPI's e demais encargos decorrentes;
- e) o prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega dos **Envelopes nº 01 e 02**;
- f) não será admitida proposta que contemple parte do lote, devendo o licitante ofertar todos os itens contidos em cada lote.

13.2. No caso de erros aritméticos configurados na proposta escrita, a Pregoeira e Equipe de Apoio efetuarão a devida correção, valendo, para fins de seleção e classificação, o valor correto.

13.3. O LICITANTE está ciente que a simples apresentação da proposta de preços, será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da empresa licitante neste Pregão.

14 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresa individual;



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e sua última alteração contratual em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

OBS: A apresentação do contrato social consolidado, em vigor devidamente registrado, dispensa a apresentação do contrato constitutivo da pessoa jurídica.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, para a sede ou matriz da empresa licitante;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, para a sede ou matriz da empresa licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Tributos Federais e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, expedidos, respectivamente, pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional);

Observação: Para comprovar a regularidade dos itens b e c, também será aceito a Certidão negativa de débitos unificada (ou certidão positiva com efeitos de negativa), perante a Fazenda Federal e de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (ou certidão positiva com efeitos de negativa), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3. Idoneidade financeira

Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial do domicílio da



pessoa física, com data não anterior a 90 (noventa) dias da apresentação dos Envelopes.

14.4. Capacidade técnica

Atestado(s) ou certidão(ões) de capacitação, em nome da empresa proponente, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a confecção e instalação de item(ns) da mesma natureza ao objeto desta licitação.

14.5 Termo de Visita, conforme modelo constante do ANEXO II.

14.6. Após a habilitação não caberá desistência da proposta pela empresa licitante, salvo por motivo justo decorrido de fato superveniente, e aceito pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

14.7. Após a fase da habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a empresa licitante por ele atingido deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei.

15 SOBRE OS DOCUMENTOS

15.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada (por cartório competente ou por servidor do DAEV), ou, ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, ou expedidos via internet, na forma da lei.

15.2 A autenticação de documentos por servidor do DAEV, deverá ser feita até o horário limite da sessão de disputa, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital, não sendo admitida, inclusive, autenticação de documentos após a abertura dos envelopes.

15.3 As certidões emitidas via internet terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas pela Pregoeira.

15.4 A Pregoeira não se responsabilizará por eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

15.5 Os documentos apresentados para fins de habilitação deverão ser emitidos em nome da empresa licitante, constando, preferencialmente, o número do CNPJ/MF. Os documentos deverão corresponder ao estabelecimento que se apresenta como licitante (matriz ou filial), exceção feita aos casos de emissão unicamente feita à matriz ou cuja validade tenha abrangência a todos os estabelecimentos da empresa.

15.6 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido pelo Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos, demonstrando o Registro Cadastral da empresa licitante, cujo objeto social seja pertinente ao licitado, e dentro de seu prazo de validade, a dispensará da apresentação da documentação



referente aos itens 14.1, 14.2 e 14.3, permanecendo a necessidade de apresentação dos demais documentos.

15.7 Na hipótese de sobrevir fato impeditivo da habilitação, obriga-se a empresa licitante a declará-la, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no item 18 deste Edital.

15.8 As certidões que não tiverem validade expressa serão aceitas até 90 (noventa) dias após a expedição.

16 PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

16.1 No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital será realizada sessão pública.

16.2. Aberta a sessão, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio procederão à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, ordenando-as em ordem crescente de valor, verificando o atendimento as especificações do Edital para classificá-las: a Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, e, se for o caso, também, a Declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

16.3. Será permitido à empresa licitante preencher e firmar a referida Declaração na sessão pública do pregão.

16.4. A critério da Pregoeira a sessão pública do Pregão poderá ser suspensa por prazo indeterminado para análise das propostas e documentos.

16.5. Nesta hipótese, a nova data da sessão do Pregão será divulgada a todos os licitantes com a devida antecedência.

16.6. Será desclassificada a proposta de preços que:

a) deixar de atender as especificações, prazos e condições fixados no Edital e seus Anexos, ou da legislação aplicável;

b) apresentar rasura ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;

c) oferecer vantagem não prevista neste Edital ou, ainda, vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;

d) apresentar preço simbólico ou de valor zero ou, ainda, manifestadamente inexecutable;

e) deixar de entregar os documentos exigidos;

f) deixar de responder às diligências, quando solicitadas e dentro do prazo estabelecido.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

16.7. Identificada a proposta de menor preço unitário, selecionar-se-ão aquelas com valor superior em até 10% (dez por cento) desta.

16.8. Não havendo, no mínimo, 03 (três) propostas válidas, nos termos do item 16.7, serão selecionadas até 03 (três) melhores propostas (inclusa a de menor preço) para, em seguida, participarem da fase de disputa com lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos inicialmente.

16.9. Na eventual ocorrência de empate no preço, todas as licitantes empatadas serão convidadas a participar desta fase, que serão ordenadas através de sorteio.

16.10. Seguidamente, a Pregoeira convidará individualmente os representantes credenciados das empresas licitantes classificadas para a etapa de lances verbais, a serem formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

16.11. O critério para a apresentação de lances verbais será pela ordem decrescente de valor apresentado dentre as licitantes classificadas, ou seja, será convidada em primeiro lugar aquela que apresentou o maior preço e assim sucessivamente.

16.12. O valor de redução entre lances poderá ser definidos na própria sessão, mediante acordo entre Pregoeira, equipe de apoio e licitantes, amparados na razoabilidade, levando-se em consideração a grandeza do preço unitário e o tempo de duração da sessão, preservando-se a dinâmica do processo.

16.13. Os lances deverão ser formulados pelas empresas licitantes selecionadas, em valores distintos e decrescentes, observada a redução mínima entre os lances.

16.14. Não será aceita desistência de lance ofertado, sujeitando-se a empresa desistente às penalidades previstas neste Edital.

16.15. A etapa de lances será considerada encerrada quando não houver possibilidade de competição entre licitante, ou seja, quando restar apenas uma licitante, a qual será declarada provisoriamente a vencedora dessa etapa.

16.16. Encerrada a etapa de lances e após classificação, se a licitante classificada em primeiro lugar for uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, esta será declarada como oferta de menor valor e a sessão terá o prosseguimento. Caso contrário será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que esteja no intervalo previsto na legislação.

16.17. Para aplicação do direito ao tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte serão obedecidos os seguintes procedimentos e critérios:

16.17.1. Inicialmente a Pregoeira identificará, dentre as licitantes classificadas, aquelas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

16.17.2. Em seguida, a Pregoeira verificará, dentre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte classificadas, a existência de lances finais com preços até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço registrado.

16.17.3. Existindo um ou mais lances na hipótese anterior estará caracterizada a situação de empate (empate jurídico) entre a de melhor preço e esta(s);

16.17.4. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para, no prazo de 05 (cinco) minutos, se assim desejar, apresentar novo lance inferior àquele inicialmente vencedor.

16.17.5. Se a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por desinteresse, não apresentar novo lance, serão convocadas as demais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte remanescentes, pela ordem de classificação para o exercício desse mesmo direito.

16.17.6. Na eventualidade de ocorrer empate entre duas ou mais licitantes enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (possível de ocorrer quando duas ou mais licitantes, nessa condição, apresentarem propostas escritas com valores idênticos e não houver redução na etapa de lances), sendo o valor apresentado por elas o menor, será realizado sorteio para a definição de qual licitante poderá reduzir o valor da proposta.

16.17.7. Após cumpridos os procedimentos anteriores será declarada a oferta de menor valor.

16.17.8. Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos previstos neste item, o objeto deste Pregão poderá ser adjudicado à empresa licitante que originalmente tenha apresentado a proposta ou lance de menor valor.

16.18. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão da empresa licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

16.19. Empresa licitante, enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que não mantiver representante credenciado durante a sessão, perderá o direito de preferência.

16.20. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

16.21. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço em relação ao preço estimado, decidindo motivadamente a respeito.

16.22. Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério da Pregoeira, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital, com a abertura do envelope nº 2 contendo a documentação de habilitação de seu autor.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

16.23. O DAEV não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade, e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

16.24. Na comprovação de regularidade fiscal por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte serão observados os seguintes procedimentos:

a) os documentos destinados a comprovação da regularidade fiscal devem ser apresentados no envelope nº 02, na forma descrita, mesmo que contenham alguma restrição;

b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora deste Pregão, prorrogáveis por igual período, a critério do DAEV, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa;

c) o deferimento da prorrogação do prazo de 05 (cinco) dias úteis dependerá da apresentação de requerimento devidamente fundamentado e aceito pelo DAEV;

d) a não regularização da documentação, no prazo previsto no item b acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 18 deste Edital, sendo facultado ao DAEV convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

16.25. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a empresa licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

16.26. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, respeitado o disposto no item 16.16 deste Edital, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

16.27 Todos os documentos serão colocados à disposição dos representantes credenciados presentes para livre exame e rubrica.

17 RECURSOS

17.1 Declarado vencedor, qualquer licitante participante poderá manifestar a intenção de recorrer, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual prazo.

17.2 O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

17.3 O recurso será dirigido à **Pregoeira**, devendo ser protocolado na sede do DAEV, cujo endereço consta do Preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09 às 16 horas.

17.4 O deferimento do pedido do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto a intenção de recorrer, importará a decadência do direito de interpor recurso e viabilizará a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor, caso esse cumpra as exigências de habilitação solicitadas neste Edital.

17.6 Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o procedimento será homologado e a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à empresa vencedora.

17.7 O resultado de eventuais recursos será divulgado mediante disposição no site www.daev.org.br e/ou comunicado as licitantes via e-mail.

18 DAS MULTAS E SANÇÕES

18.1 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, impedirá a sua participação em novas licitações do **DAEV** pelo prazo de 01 (um) ano, bem como caberá aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens adjudicados, ficando ainda sujeita às sanções administrativas constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações, Resolução n.º 410 **ANEXO VI**, de 29/07/97-**DAEV** e demais normas pertinentes às sanções.

18.2 As sanções são independentes. A aplicação de uma, não exclui a das outras.

18.3 O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança pela adjudicatária. À critério do **DAEV** e em sendo possível, o valor será descontado das faturas que a adjudicatária tenha a receber do **DAEV**. Não havendo pagamento pela adjudicatária, o valor será inscrito como Dívida Ativa, sujeitando-se a processo executivo.

18.4 Caso a licitante vencedora deixe de fornecer o objeto contratado, por razões que ela der causa, fica o **DAEV** no direito de adquiri-lo das empresas classificadas na ordem crescente de preços.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS E ESCLARECIMENTOS

19.1 A licitação será processada pela Pregoira, e homologada pela Autoridade Competente do **DAEV**.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

19.2 A Administração se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou revogar a presente Licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização, poderá, também, ser anulada se ocorrer qualquer irregularidade no seu processamento ou julgamento.

19.3 Durante a fase de preparação das propostas, as licitantes interessadas, que tenham tomado conhecimento do edital, poderão fazer, eletronicamente, impugnações que serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.

19.4 A apresentação da proposta na licitação será considerada como evidência de que o proponente:

- a) Examinou criteriosamente todos os termos e anexos do edital, que os comparou entre si e obteve informações sobre qualquer parte duvidosa, antes de apresentá-la.
- b) Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- c) Tem conhecimento e se submete a todas as cláusulas e condições deste Edital, bem como de todos os seus anexos.

19.5 Os casos omissos serão solucionados segundo os princípios jurídicos aplicáveis e legislação pertinente.

19.6 Fica eleito o Foro da Comarca de Valinhos/SP, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente.

19.7 As licitantes poderão consultar ou requerer esclarecimentos sobre este Edital e seus Anexos junto à Divisão de Licitações e Compras do DAEV, no endereço constante do preâmbulo, ou pelo telefone (19) 2122-4444, ou através do e-mail compras@daev.org.br, até 48h (quarenta e oito horas) antes da data da abertura desta Licitação, de 2ª a 6ª feira, nos dias úteis entre 9 e 16 horas.

Valinhos, 19 de fevereiro de 2015.

Engº. Luiz Mayr Neto
Autoridade Competente



Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lote 1

| Item | Descrição |
|------|---|
| 1. | SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 (QUATRO) PAINÉIS (MEDIDAS 7,00 X 6,00 M) FIXADOS EM ESTRUTURA METÁLICA (METALON 40 X 40) COM REVESTIMENTO EM CHAPA DE ACM BRANCO E ADESIVAÇÃO CONFORME LAY OUT, SENDO: |

MEMORIAL DESCRITIVO PARA SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 PAINEIS (MEDIDAS 7,00 X 6,00 M) FIXADOS EM ESTRUTURA METÁLICA (METALON 40 X 40) COM REVESTIMENTO EM CHAPA DE ACM BRANCO E ADESIVAÇÃO

LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS PAINÉIS

1- Reservatório Elevado R-8 / ETA II - Rua Orozimbo Maia, 1054 – Vila Sonia

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

-Todos os materiais e equipamentos para execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada

PRAZO DE EXECUÇÃO

- 25 Dias

VISITA TÉCNICA

-As empresas deverão, obrigatoriamente, após agendar horário com 01 (um) dia de antecedência, em horário de expediente, através do telefone (19) 2122-4441 com o Sr. Marcello Lino, visitar os locais acima especificados, após visita será lavrado “Termo de Visita” para fins de habilitação no certame.



PAGAMENTO

-O pagamento será realizado após a conferência dos serviços executados.

FUNCIONÁRIOS E SEGURANÇA

- Relação dos funcionários que participarão dos serviços.
- Cópia de registro do empregador.
- Cópia do registro em carteira.
- A empresa contratada deverá adotar todas as medidas concernentes à higiene e segurança do trabalho;
- A empresa contratada deverá fornecer máquinas, ferramentas, equipamentos de proteção (sendo obrigatório o uso de EPIs), transporte, alimentação e mão de obra especializada.
- Os funcionários deverão estar devidamente treinados para trabalhos em altura conforme NR 35. Apresentar PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) e ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).
- Os funcionários da contratada deverão estar devidamente uniformizados, identificados e portando EPI quando da execução dos serviços.
- O responsável pela empresa contratada deverá orientar e fiscalizar quanto às normas de segurança, se responsabilizando por eventuais acidentes com seus funcionários.
- Encargos sociais dos funcionários serão por conta da empresa contratada.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

LAY OUT



Área requisitante: Departamento de Operação e Manutenção.



Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO II

TERMO DE VISITA

Objeto: Serviço de confecção e instalação de painéis em estrutura metálica com revestimento em chapa de ACM branco e adesivação conforme lay out, para uso no reservatório R8 da ETA II, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste edital.

Declaramos para os devidos fins, em especial, os constantes do processo em epígrafe, que o Sr(a). _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, inscrito no CPF/MF sob n.º _____, representante da Empresa _____, fone: _____, e-mail: _____, esteve visitando o local de execução do serviço, indicado no presente Edital de Pregão Presencial.

Valinhos, ____ de _____ de 2015.

Servidor do DAEV



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

A empresa _____, inscrita
no CNPJ sob n.º _____, com sede na
_____, por seu representante legal infra-
assinado, interessada em participar do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015**, promovido
pelo **DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS – DAEV**, através da
presente, **CREDENCIA** o Sr. _____, portador
da Cédula de Identidade RG n.º _____, para representá-la no referido
processo licitatório, com poderes, dentre outros, o **de interpor e desistir de recursos em
todas as fases licitatórias.**

_____, ____/____/2015.

Representante Legal
Nome
Cargo
RG n.º



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal infra-assinado, **DECLARA** sob as penas da lei, para fins de habilitação no **PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2015**, promovido pelo **DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS – DAEV**, que:

- a) Não foi apenada com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por qualquer ente da Administração Pública direta ou indireta de qualquer das pessoas políticas em virtude de contratos anteriormente celebrados, nos termos do art. 87, IV e 97 da Lei Federal n.º 8666/93 e posteriores alterações;
- b) Não está impedida de contratar com a Administração Pública de qualquer esfera de governo;
- c) Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
- d) Não está em processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) Não possui entre seus proprietários nenhum titular de mandato eletivo;
- f) Se obriga a manter durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame;
- g) Que, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, ____/____/2015

Representante Legal
Nome
Cargo
RG n.º



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VALINHOS

A (Nome da empresa), CNPJ/MF, sediada em, (endereço completo), declara, sob as penas da Lei e para todos os fins de direito, especificamente para a participação nesta licitação, que está sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e data

Representante Legal
Nome
Cargo
RG n.º



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO VI

RESOLUÇÃO Nº 410, DE 29 DE JULHO DE 1997.

“Dispõe sobre a instituição de parâmetros para a aplicação de multa e outras penalidades decorrentes de contratos licitatórios e dá outras providências”.

Eng.º. LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA, Presidente em Exercício do Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e,

Considerando o disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994 e 9.032 de 28 de abril de 1995;

RESOLVE:

Artigo 1º – A aplicação de multa por infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994 e 9.032 de 28 de abril de 1995, no âmbito da Autarquia, obedecerá o disposto nesta **Resolução**.

Artigo 2º – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Departamento Administrativo da Autarquia, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
ou

II - pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 86, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994 e 9.032 de 28 de abril de 1995, sujeitará o contratado à multa de mora, não superior a 2% (dois por cento) do valor da obrigação, conforme estabelece a Lei 9.298, de 1º de agosto de 1996, calculada na seguinte proporção:

I - atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (hum por cento); e,

II - atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 2% (dois por cento).

Artigo 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado, as seguintes penalidades:

I - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

II - multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 5º - O material não aceito, deverá ser substituído dentro do prazo fixado pelo Departamento Administrativo da Autarquia, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo Único - A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado, ensejará a aplicação de multa prevista no artigo 4º desta **Resolução**, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.

Artigo 6º - O pedido de prorrogação de prazo final da obra e/ou serviço ou entrega de material, somente será apreciado, se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Artigo 7º - As multas referidas nesta **Resolução**, não impedem aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994 e 9.032 de 28 de abril de 1995.

Artigo 8º - As normas estabelecidas nesta **Resolução**, deverão constar nos procedimentos licitatórios de concorrência e tomada de preços e, quando for o caso, de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 9º - Esta **Resolução** entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº. 367, de 24 de setembro de 1993.

Valinhos, 29 de julho de 1997.

Eng.º LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA
Presidente em Exercício

Dra. MÁRCIA MARIA GABETTA VACCARI
Diretora do Departamento Jurídico

Bel. JOÃO ARTUR CAMILHER CARVALHO
Diretor do Departamento Administrativo

Redigido e lavrado no Departamento Jurídico do DAEV, conforme elementos constantes do processo administrativo nº 911/93 - DAEV. Publique-se.

Dra. MÁRCIA MARIA GABETTA VACCARI
Diretora do Departamento Jurídico

Publicada no expediente do DAEV, nesta data, mediante a fixação no local de costume.

JUPIRA DO AMARAL ARANHA
Chefe da Seção de Expediente e Protocolo



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO VII

PROPOSTA

Razão Social: _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone/Fax: _____ e-mail: _____

Após examinar e estudar detalhadamente o Edital e seus Anexos, com os quais concordamos, e apresentamos nossa Proposta de Preços, com o seguinte valor:

Lote 01

| Item | Descrição | R\$ Unit. | R\$ Total |
|------|--|-----------|-----------|
| 1. | SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 04 (QUATRO) PAINÉIS (MEDIDAS 7,00 X 6,00 M) FIXADOS EM ESTRUTURA METÁLICA (METALON 40 X 40) COM REVESTIMENTO EM CHAPA DE ACM BRANCO E ADESIVAÇÃO CONFORME LAY OUT, CONFORME ESPECIFICADO EM EDITAL. | | |

Valor total por extenso: _____

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da entrega dos envelopes;

_____, ____/____/ 2015

Representante Legal

Nome

Cargo

RG n.º



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

Processo de Compras n.º 01/2015
Pregão Presencial n.º 01/2015

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente **TERMO DE CONTRATO** que entre si celebram de um lado o **DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS**, Autarquia Municipal criada pela Lei n.º. 833, de 12 de agosto de 1970, CNPJ sob n.º 44.635.233/0001-36, estabelecida na Rua Orozimbo Maia, n.º 1054, Vila Sônia (ETA II), na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, representada por seu Presidente, **LUIZ MAYR NETO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG. 7.605.667-3, inscrito no CPF/MF sob n.º. 041.679.748-27, devidamente assistido pelo Diretor do Departamento Jurídico, **DANIEL ALVES MENDES DE DEUS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob n.º. 248.074 e no CPF/MF sob n.º. 274.589.698-90, e pelo Diretor do Departamento de Operação e Manutenção, **MARCELLO CÉSAR LINO**, brasileiro, casado, técnico ambiental, portador da Cédula de Identidade RG. 22.784.423-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º. 180.707.388-20, residentes e domiciliados na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, daqui por diante denominado, pura e simplesmente, **DAEV**; e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, endereço _____, na cidade _____, Estado _____, neste ato representada por _____, *qualificação*, de ora em diante designada pura e simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si certo e avençado, em conformidade com os elementos e despachos constantes do processo de compras n.º 01/2015, pregão presencial n.º 01/2015, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para confecção e instalação de painéis em estrutura metálica com revestimento em chapa de ACM branco e adesivação conforme lay out, para uso no reservatório R8 da ETA II, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I do Edital de Licitação, que rubricado pelas partes, integram o presente contrato para todos os fins e efeitos, passando a ser denominado Anexo Único.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato é regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações e Lei Federal 10.520/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de verba própria consignada no orçamento vigente, codificada sob n.º _____, empenho n.º _____, de ____ de _____ de _____.



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 25 (vinte cinco) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço pelo Departamento requisitante, podendo ser prorrogado conforme artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO DO OBJETO

O objeto do presente Contrato deverá ser instalado no Reservatório Elevado R-8 da ETA II, sito à Rua Orozimbo Maia, 1054, Vila Sonia – Valinhos/SP.

Parágrafo único – Caso seja constatado que o objeto esteja em desacordo com as características do Anexo Único, a **CONTRATADA** deverá providenciar a sua imediata substituição sem qualquer ônus para o **DAEV**.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato é de R\$ _____, na forma da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, cuja cópia, rubricada pelas partes, integra o presente contrato para todos os fins e efeitos.

§ 1º – O **DAEV** efetuará pagamento à **CONTRATADA** no término dos serviços no prazo de até 15 dias (quinze) mediante apresentação da respectiva nota fiscal, após a conferência dos serviços realizados, pelo Departamento requisitante.

§ 2º – Na Nota Fiscal deverá constar a referência: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 e CONTRATO Nº ____/____**, bem como sejam discriminados os tributos e seus respectivos valores a serem retidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços constantes da proposta apresentada pela empresa contratada, somente poderão sofrer os reajustes observada a legislação em vigor, ficando, todavia, ressaltada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria, após análise pelo **DAEV**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obriga-se a **CONTRATADA** a:

8.1. Adotar todas as providências técnicas indispensáveis à prevenção de acidentes, cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, constantes da Lei 6.514/77 e do Título II, Capítulo V da CLT e no que couber aplicar no setor de trabalho os preceitos que constam dos artigos 154 a 201 do mesmo diploma legal.



- 8.2.** Integrar-se junto ao Técnico de Segurança do Trabalho e a C.I.P.A. do **DAEV** solicitando orientação especializada e dando fiel cumprimento as suas recomendações.
- 8.3.** Manter o Técnico de Segurança do Trabalho e a C.I.P.A. do **DAEV** informada a respeito das medidas adotadas no campo da Segurança e Medicina do Trabalho, só praticando medidas que afetem o **DAEV**, direta ou indiretamente, mediante autorização expressa e por escrito.
- 8.4.** Arcar com os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato;
- 8.5.** Responsabilizar-se, em caso de acidente de trabalho, pelo encaminhamento médico do acidentado, bem como a comunicação ao INSS, através do procedimento C.A.T. – Comunicação de Acidente de Trabalho;
- 8.6.** Arcar com as despesas decorrentes de locomoção e atendimento médico, nos casos em que o **DAEV** tenha que efetuar o encaminhamento de seu funcionário;
- 8.7.** Responsabilizar-se pela assistência médica (INSS ou Convênio) e demais benefícios legais da Previdência, junto aos seus funcionários a serviço deste Contrato (Lei nº 8.213/91 e legislação posterior).
- 8.8.** Orientar seus funcionários a serviço deste Contrato, para que conduzam os trabalhos de acordo com as normas técnicas adequadas, em estrita observância às legislações pertinentes aplicáveis;
- 8.9.** Fazer com que seus profissionais a serviço deste Contrato, respeitem as normas administrativas disciplinares vigentes no **DAEV**, e sujeitem-se ao horário de trabalho que a mesma determinar, de acordo com as suas conveniências e necessidades do serviço;
- 8.10.** Apresentar, sempre que o **DAEV** solicitar, a carteira profissional de seus funcionários;
- 8.11.** Responsabilizar-se pelas medidas de proteção constantes das Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.
- 8.12.** Arcar com todas as despesas relativas à EPI'S, salários, encargos sociais, trabalhistas, de previdência social, assistência médica e de pronto socorro, bem como, pagamento de quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos a seu pessoal;
- 8.13.** Apresentar o devido Certificado de Aprovação (C.A.) pelo Ministério do Trabalho dos EPI'S utilizados.
- 8.14.** Responsabilizar-se por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações de seus funcionários, em qualquer circunstância, neste particular, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus com que o **DAEV** venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;



8.15. Responsabilizar-se por danos causados ao Poder Público ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ou de seus funcionários, na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado do **DAEV**;

8.16. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos durante a execução dos serviços causados ao **DAEV** ou a terceiros por ação ou omissão própria de seus funcionários;

8.17. Responsabilizar-se pela conduta de seus funcionários durante as horas de trabalho;

8.18. Empregar oficiais qualificados nos locais da execução dos serviços, atentando para o uso de EPIs, equipamentos e ferramentas adequadas e necessárias ao perfeito andamento dos serviços; devendo os mesmos estar devidamente uniformizados e identificados na forma determinada pelo **DAEV**;

8.19. Executar os serviços em estrita observância às normas técnicas da ABNT e às normas de higiene e segurança, aplicáveis à espécie;

8.20. Providenciar que o responsável técnico, ou preposto devidamente habilitado, vistorie de forma regular e periódica o andamento dos serviços em todas as etapas.

8.21. Assumir integral responsabilidade junto às autoridades competentes pelas consequências resultantes de danos ou má instalação de equipamentos, reparação inadequada ou prestação de serviços não conformes, sendo responsável por infrações no âmbito civil e criminal que vier a causar, em nada envolvendo o **DAEV** ou seus prepostos se tais infrações tiverem ocorrido à revelia do Técnico de Segurança do Trabalho e da C.I.P.A. do **DAEV**.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O **DAEV** procederá à fiscalização da execução do contrato através de servidor designado pelo Departamento de Operação e Manutenção.

§ 1º – O responsável da **CONTRATADA** deverá ter plenos poderes para discutir problemas relativos aos serviços.

§ 2º – O representante do **DAEV** anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das ocorrências observadas.

§ 3º – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **DAEV** serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

§ 4º – O servidor responsável pela fiscalização deste contrato, deverá comunicar o Técnico de Segurança do Trabalho e a C.I.P.A, sobre o início dos trabalhos e se necessário, encaminhá-lhes cópia do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções administrativas, constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações, Resolução n.º 410, de 29/07/97-DAEV e demais normas pertinentes às sanções, a saber:

- a) advertência por escrito.
- b) multa de 1% (um por cento) quando o atraso não exceder a 30 (trinta) dias.
- c) multa de 2% (dois por cento) quando o atraso exceder 30 (trinta) dias.
- d) multa por inexecução parcial ou total do contrato: 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- e) multa por inexecução total do contrato correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

§ 1º – As sanções são independentes. A aplicação de uma, não exclui a das outras.

§ 2º – As multas estabelecidas nesta cláusula poderão ser aplicadas concomitantemente e, ainda, não excluem a aplicação de quaisquer outras providências previstas neste contrato, nem a responsabilidade da **CONTRATADA**, por perdas e danos que sejam comprovadamente causados ao **DAEV**.

§ 3º – O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança pela **CONTRATADA**. A critério do **DAEV** e em sendo possível, o valor será descontado das faturas que a **CONTRATADA** tenha a receber do **DAEV**. Não havendo pagamento a ser feito à **CONTRATADA**, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a **CONTRATADA** a processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O **DAEV** poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, suspender total ou parcialmente, bem como rescindir o presente contrato sem direito à **CONTRATADA** de qualquer indenização, podendo ser contratado com terceiros a conclusão dos serviços.

Parágrafo único – O **DAEV** poderá, ainda, declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou procedimento judicial, além das hipóteses previstas no artigo 79 da Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações, também nos seguintes casos:

- 1 – na ocorrência de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do contrato;
- 2 – não cumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pelo seu cumprimento irregular;
- 3 – quando pelas reiteradas impugnações feitas pelo **DAEV**, ficar evidenciada a incapacidade da **CONTRATADA** para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;
- 4 – na ocorrência de decretação de falência, pedido de concordata, instauração de concurso de credores, liquidação ou dissolução da **CONTRATADA**;



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VALINHOS
Autarquia Municipal

PROCESSO Nº 01/2015

FOLHAS Nº _____

RUBRICA _____

5 – se ocorrer alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que a juízo do **DAEV**, prejudique a execução do contrato;

6 – se a **CONTRATADA** transferir, ceder ou subcontratar os serviços parcialmente, sem a prévia e expressa autorização do **DAEV**, ressaltando-se que em havendo subcontratação, a **CONTRATADA** ficará responsável pelas obrigações e ônus assumidos perante o **DAEV**;

7 – se a **CONTRATADA** transferir, ceder ou subcontratar os serviços totalmente;

8 – por acordo mútuo por razões de exclusivo interesse do serviço público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão solucionados segundo os princípios jurídicos aplicáveis e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Elegem as partes o Foro da Comarca de Valinhos, Estado de São Paulo, ficando a critério exclusivo do **DAEV** a opção de eleição do Foro da sede da **CONTRATADA**, se assim vier a interessar, para dirimir as questões porventura existentes e decorrentes do presente instrumento contratual, desistindo de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, certas e avençadas, assinam as partes já qualificadas no preâmbulo o presente **TERMO DE CONTRATO N.º ____/____-DAEV**, redigido em ____ (____) laudas e firmado em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, permanecendo a primeira via em poder do Departamento Jurídico do **DAEV**, a segunda via juntada no respectivo processo de compras, a terceira via em poder da Divisão de Contabilidade e Orçamento e a quarta via entregue à **CONTRATADA**.

Valinhos/SP, ____ de _____ de ____

Pelo **DAEV**:

LUIZ MAYR NETO
Presidente

DANIEL ALVES MENDES DE DEUS
Diretor do Departamento Jurídico

MARCELLO CÉSAR LINO
Diretor do Departamento de Operação e Manutenção

Pela **CONTRATADA**:

EMPRESA
Representante